

ÉTICA: ENSINO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Maria do Amparo Guedes, Instituto Politécnico de Setúbal

Maria da Conceição Aleixo, Instituto Politécnico de Setúbal

Maria Helena Soares, Instituto Politécnico de Setúbal

RESUMO

A Ética e a responsabilidade social têm vindo a assumir um papel importante nas organizações e na sociedade em geral, impondo a todos os profissionais comportamentos éticos no exercício das suas funções. As instituições de ensino, nomeadamente as de Ensino Superior desempenham um papel fundamental, dinamizando a formação dos alunos nesta vertente.

Pretendemos aferir como os alunos dos 1º e 2º anos do curso de Contabilidade e Finanças da Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), percebem a ética quer em termos de dimensão cognitiva quer em termos de dimensão afectiva/avaliativa antes e depois da frequência da disciplina de Ética e Deontologia Profissional.

A metodologia seguida consistiu na aplicação de um questionário. Da análise dos dados concluímos que a percepção dos alunos face à ética melhorou, após a leccionação da referida disciplina, ao nível dos conceitos apreendidos e à receptividade a estas temáticas.

PALAVRAS CHAVE: Ética, Ensino, Deontologia Profissional, Responsabilidade Social

1. INTRODUÇÃO

Aristóteles, filósofo grego nascido em 384 a.C., foi o primeiro a escrever um tratado sistemático sobre ética, onde associa o conceito de hábito ou costume à terminologia *éthos*, sendo o primeiro a falar de ética como um ramo específico da filosofia. Mais tarde, este conceito foi traduzido para o latim que utilizou a expressão *mos, moris* (que deu origem à palavra portuguesa moral), que equivale também a hábito ou costume. Por essa razão o conceito de moral e ética encontram-se muitas vezes associados, embora, hoje em dia o conceito de moral esteja mais associado a princípios normativos e dogmáticos que fazem a distinção entre o bem e o mal enquanto que o conceito de ética se encontra associado a um processo comportamental.

Nesta perspectiva, torna-se fundamental que a ética esteja cada vez mais presente na vida em sociedade, o que implica uma responsabilidade acrescida das organizações empresariais e institucionais.

A Ética normativa desde que formalizada é traduzida em códigos deontológicos e de conduta cujo objectivo principal é enunciar conceitos básicos de direito e dever estabelecidos por um grupo para o exercício da sua profissão.

A responsabilidade social e ética das empresas implica que os profissionais de Gestão, Técnicos Oficiais de Contas (TOC) e Revisores Oficiais de Contas (ROC) interiorizem as práticas de comportamento e conduta ética e reflectam sobre as regras. A Deontologia como ciência que estabelece normas directoras das actividades profissionais sobre o signo de rectidão moral e honestidade é uma disciplina normativa que tem como finalidade divulgar os deveres a cumprir em determinadas circunstâncias sociais dentro de uma determinada profissão. A

Deontologia Profissional elabora sistematicamente os ideais e as normas que devem orientar a actividade profissional.

Assiste-se actualmente a um interesse crescente sobre ética e responsabilidade social, coexistindo diversos significados e interpretações sobre essas matérias.

De acordo com o Livro Verde, Responsabilidade Social das Empresas (RSE) é, essencialmente, um conceito segundo o qual estas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. Pode, igualmente, ser vista como um compromisso dos empresários na contribuição para o desenvolvimento económico sustentável, envolvendo os empregados, as suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral, de forma a melhorar a sua qualidade de vida.

A RSE, segundo o Conselho Económico e Social (CES), é complementar das soluções legislativas e contratuais, a que as empresas estão ou podem vir a estar obrigadas. Para o CES a noção de RSE refere-se à decisão, tomada voluntariamente pelas próprias empresas, de integrar de forma duradoura preocupações sociais e ecológicas nas suas actividades produtivas e comerciais e nas suas relações com todos os parceiros, contribuindo para a melhoria da sociedade e para a qualidade ambiental.

É consensual que a RSE assenta num compromisso voluntário das empresas com o desenvolvimento da sociedade e a preservação do ambiente.

2. ÉTICA E ENSINO

Pressupõe-se que os alunos que frequentam o Ensino Superior possuem maturidade moral e ética que lhes permite distinguir entre o bem e o mal, assim como adoptar um conjunto de comportamentos padronizados que permitem a convivência em sociedade, então, para quê estudar Ética num curso superior?

A filosofia define Ética como o estudo da “conduta ideal”, estabelecendo um conjunto de regras de conduta que visam o bom e ordenado funcionamento da sociedade. Considerando que os alunos dos cursos superiores estão aptos a agir eticamente, então porque razão copiar e plagiar são problemas éticos tão familiares aos estudantes? Será que algumas pessoas têm princípios éticos diferentes dos da sociedade em geral? Princípios esses derivados de um determinado padrão social e diferindo dos valores médios da comunidade ou apenas preferem agir egoisticamente.

Segundo Lisboa (1997) “o problema central para a ética tem sido o duplo trabalho de (1) analisar o significado e a natureza do elemento normativo moral do comportamento humano, do pensamento e da linguagem e (2) avaliar o significado e a natureza do comportamento humano, apresentando os critérios para justificação das regras e dos julgamentos do que é moralmente correcto ou errado, bem ou mal (ética normativa).”

A ética normativa tem por base princípios filosóficos que se podem dividir em três grandes grupos, esta ideia é preconizada por Mercier (2003) que distingue três dimensões éticas:

Quadro n.º 1 – Dimensões éticas

Fonte: Adaptado de Mercier (2003)

| | |
|--------------------|---|
| Ética axiológica | Reflexão sobre os valores |
| Ética deontológica | Reflexão sobre as regras |
| Ética teológica | Reflexão sobre os valores do sagrado, do transcendente, do divino, do profano |

A reflexão sobre as regras associado ao princípio do imperativo, “*déon*,” que significa dever ou “*déontos*” de obrigatório e “*lógos*” que significa discurso ou tratado, deu origem à palavra Deontologia que surge como um o conjunto de deveres, princípios e normas adoptadas por um determinado grupo profissional. Todas as profissões implicam uma ética, pois de uma forma ou de outra relacionam-se com os seres humanos. A deontologia estabelece um conjunto de comportamentos exigíveis aos profissionais mesmo que as normas não estejam codificadas de forma jurídica apontando um conjunto de obrigações práticas que têm por base a rectidão moral e honestidade. A utilização dos princípios deontológicos conduz à perfeição pessoal, profissional e colectiva.

Os Códigos Deontológicos têm por base as grandes declarações universais de direitos humanos, traduzindo este sentimento ético e adaptando às particularidades de cada país e de cada grupo profissional, estão geralmente supervisionados por um colégio profissional e propõem sanções, segundo princípios e procedimentos explícitos para os infractores.

Segundo Lisboa (1997), o código deontológico “pode ser entendido como uma relação das práticas de comportamento que se espera que sejam observadas no exercício da profissão. As normas do código visam o bem-estar da sociedade, de forma a assegurar a lisura de procedimentos de seus membros dentro e fora da instituição.”

É natural que os alunos do ensino superior desconheçam o conjunto de normas de conduta específico de cada profissão e, nesta perspectiva, é importante que as Escolas participem activamente na divulgação e sensibilização das regras éticas, contribuindo para que os futuros profissionais reconheçam mais facilmente problemas éticos, e desenvolvam a sua capacidade para lidar com este tipo de problemas que se apresentam muitas vezes de uma forma ambígua. Uma disciplina que explique o impacto da sua futura profissão na sociedade, que sensibilize para as normas de conduta ética que devem estar presentes no decurso do seu trabalho e que lhes dê a conhecer os Códigos Deontológicos que regulam a sua profissão irá formar profissionais capazes de actuar com responsabilidade, autonomia, competência e civismo, junto daqueles para quem prestam serviços.

À semelhança de muitas Universidades Europeias e Norte-Americanas que consideram ser necessário a existência de uma disciplina de Ética nos seus planos curriculares também Portugal segue esta tendência e apresenta em alguns cursos de Licenciaturas e Pós-Graduações o estudo da Ética como uma disciplina obrigatória ou optativa.

A Escola Superior de Ciências Empresarias integrada no Instituto Politécnico de Setúbal no curso de Contabilidade e Finanças que visa preparar profissionais para as áreas de gestão, contabilidade e auditoria, integra a disciplina de Ética e Deontologia Profissional, com carácter optativo cujo objectivo é apresentar e enquadrar os conceitos de ética e deontologia nas profissões de TOC e ROC e analisar o papel destes profissionais na empresa e na sociedade.

Estes profissionais têm a responsabilidade de divulgar os dados económico-financeiros das organizações e estão sujeitos a regras de responsabilidade social consubstanciadas em códigos de conduta, nomeadamente o Código

Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas (CDTOC) e o Código de Ética e Deontologia Profissional dos Revisores Oficiais de Contas (CEDPROC), no contexto português.

Segundo Rui Vilar (cit. in Guerreiro, 2004) nos anos 70 o acelaramento da industrialização provocou desequilíbrios mundiais ao nível do desenvolvimento económico: fome, desperdício de recursos, destruição ecológica; nos anos 80, as empresas ganharam consciência social e concentraram-se nos clientes; nos anos 90, as novas tecnologias de informação estimularam o crescimento económico, a globalização e a desregulamentação contribuíram para o aparecimento de graves crises financeiras. As más práticas de gestão, os escândalos financeiros e a incapacidade demonstrada por auditores e analistas em controlarem as contas das empresas vem evidenciar de forma clara a necessidade de estimular e interiorizar conceitos éticos, que tenham em conta preocupações sociais, ambientais, e humanas.

Sendo a Escola um espaço onde os alunos podem discutir os valores éticos, e reflectir sobre um conjunto de regras comportamentais é importante a reabilitação da ética como prática do quotidiano e a definição de procedimentos que dignifiquem a profissão, contribuindo assim para uma melhor vivência em comunidade.

3. A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Os princípios éticos devem estar presentes em qualquer indivíduo pois a própria vivência em sociedade assim o exige. A globalização e a interdependência entre sociedades nas mais diversas vertentes: economia, política, social, ambiental, entre outras, leva a que cada vez mais o conceito de ética nos negócios assumam um papel de extrema importância em qualquer organização, pelo que é imperativo a consciencialização de todos os profissionais, independentemente da natureza da profissão que exercem, para o cumprimento de princípios éticos nomeadamente: responsabilidade pelas funções exercidas; fidelidade à organização em que trabalha; respeito por todos os membros da organização; sigilo profissional; etc.

Segundo Piquet (1995, cit. in Madeira, 2003) a ética nos negócios "consiste na observação de um conjunto de regras, injunções (imposições) e exortações (advertências) para fazer o bem, aplicáveis em todos os domínios, inclusive nas trocas comerciais, estando inserida na tradição cristã, traduzindo preocupações tecnológicas e religiosas."

Vidal e Rosa (2001) defendem que a ética deve estar presente nas organizações quer ao nível das actividades empresariais e relações humanas quer ao nível dos negócios. Salientam ainda que "a ética dos negócios é uma forma de ética aplicada e compreende a análise das normas e valores morais e a aplicação das conclusões de esta análise às instituições, tecnologias, transacções, actividades e procedimentos denominados de negócios." Deste modo classificam o grau de aplicação da ética na empresa em três níveis:

Quadro n.º 2 – Níveis de aplicação da ética

Fonte: Adaptado de Vidal e Rosa (2001)

| | |
|-----------------------|--|
| Assuntos sistémicos | Questões éticas relativas aos sistemas económicos, políticos, jurídicos, administrativos |
| Assuntos corporativos | Questões éticas relativas à empresa em particular |
| Assuntos próprios | Questões éticas relativas ao carácter e moralidade do indivíduo enquanto membro da empresa |

Porém, a ética nos negócios não é assim tão recente, pois segundo Arens e Loebbecke (1997, cit. in Madeira, 2003), em 1930 foi desenvolvido pela *Rotary International*, nos EUA um código de ética que ainda é de grande utilidade para os indivíduos ligados aos negócios. Nesse sentido foram criados, por várias empresas, códigos de conduta ética quer para os órgãos de direcção quer para os empregados.

Segundo Madeira (2003) existe cada vez mais “um interesse acrescido pela ética em geral e pela ética nos negócios, particularmente por parte das universidades, empresas, organismos sócio-profissionais e organizações internacionais como a União Europeia, OCDE, ONU e IOSCO, entre outras.” Segundo este autor, a *International Organisation of Securities Commissions (IOSCO)* emitiu, em 1990, uma resolução – “*A Resolution on International Conduct of Business Principles*” que aprovou um conjunto de princípios para uma conduta internacional nos negócios, nomeadamente: Honestidade e Justiça, Diligência, Capacidades, Informação para os clientes, Conflitos de interesse, Concordância.

No entanto, só nos últimos anos a ética aparece como disciplina académica integrando o plano de estudos de alguns cursos de Licenciatura em Gestão e Contabilidade. Esta necessidade advém, certamente, de estes cursos formarem profissionais direccionados para cargos de gestão, contabilidade, fiscalidade, auditoria entre outros, responsáveis por comportamentos éticos. Refere-se o caso das profissões de TOC e ROC que se encontram organizadas respectivamente numa Câmara e numa Ordem de profissionais e que elaboraram Códigos que representam o consenso existente, em determinado momento, quanto às normas de Conduta que os respectivos membros devem utilizar.

A natureza pública da profissão do TOC e do ROC implica a responsabilidade social das empresas e dos seus profissionais perante a sociedade em geral – *stakeholders*, o que implica comportamentos éticos de ambas as partes (profissionais e empresas). Esta opinião é também preconizada por Vidal e Rosa (2001) quando referem que a empresa deve transmitir para o exterior não apenas uma imagem de qualidade mas também uma imagem ética da empresa.

Madeira (2003) partilha da mesma opinião quanto à responsabilidade social dos profissionais pois refere que “as decisões tomadas por um profissional não só afecta, o próprio, o seu cliente, bem como um colectivo considerado, e a comunidade envolvente.”, e faz alusão aos profissionais da contabilidade e auditoria, anteriormente referidos por nós como TOC e ROC.

Alguns organismos reguladores da profissão de contabilidade e auditoria têm desenvolvido, a nível europeu e internacional códigos deontológicos para regulamentar estas profissões tal como é referido por Madeira (2003) e que se resume no quadro seguinte:

Quadro n.º 3 – Códigos Deontológicos

| País | Organismo regulador | Código Deontológico adoptado |
|--------------|--|---|
| EUA | <i>American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)</i> | AICPA |
| Grã-Bretanha | <i>Institute of Chartered Accountants of England and Wales (ICAEW)</i> | IFAC |
| | <i>Chartered Institute of Public Finance and Accountancy (CIPFA)</i> | |
| | <i>Chartered Institute of Management Accountants (CIMA)</i> | |
| Brasil | IBRACON | Resolução n.º 803/96 – Código Profissional de Contabilista |
| Portugal | Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) | Código de Ética e Deontologia Profissional dos Revisores Oficiais de Contas (CEDPROC) |
| | Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) | Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas (CDTOC) |
| Espanha | Instituto Auditores-Censores Jurados de Cuentas (IACJ) | Código de Ética Profissional / IFAC |

Fonte: Adaptado de Madeira (2003)

Além destes organismos reguladores, também a *International Federation of Accountants* (IFAC) e a *Fédération des Experts Comptables Européens* (FEE), enquanto organismos reguladores em matérias de contabilidade e auditoria, criaram Códigos Deontológicos que são adoptados pelos seus membros e por outras entidades, como é referenciado no quadro anterior.

No que respeita às profissões exercidas em Portugal nas áreas da contabilidade e auditoria (TOC e ROC) é importante fazer uma breve referência ao seu historial.

A profissão de Técnico Oficial de Contas foi regulamentada, em 1995, com a publicação do Decreto-Lei n.º 265/95, de 17 de Outubro, aquando da criação da Associação dos Técnicos Oficiais de Contas.

Em 1999, esta associação, com a publicação do Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro alterou os Estatutos e converteu-se em Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e criou o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas (CDTOC) que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2000 e que estabelece no artigo 3.º os princípios deontológicos gerais que o TOC deve seguir no exercício da sua profissão e que são consubstanciados em diversos artigos do Código e Estatutos.

A profissão de Revisor Oficial de Contas foi regulamentada em 1972 pelo Decreto-Lei n.º 1/72, de 3 de Janeiro, embora o início efectivo da profissão tenha ocorrido apenas em sete anos mais tarde pelo Decreto-Lei n.º 519-L2/79, de 29 de Dezembro. Em 1993 com a publicação do Decreto-Lei n.º 422-A/93, de 30 de Dezembro, foi promulgado o novo Estatuto Jurídico que regula a profissão de Revisor Oficial de Contas. Mais tarde, em 1999 com a publicação do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, foi instituído um novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. O Código de Ética e Deontologia Profissional dos Revisores Oficiais de Contas (CEDPROC) foi publicado em 26 de Dezembro de 2001 e estabelece no artigo 2.º os princípios que o ROC deve cumprir no exercício da sua profissão.

4. ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Ao longo da história sempre se tem falado de moral, ética, responsabilidade social em muitos âmbitos mas, actualmente, estes termos têm vindo a ganhar dimensão na vida empresarial. Se recuarmos a Milton Friedman, a responsabilidade social da empresa consistia única e exclusivamente em aumentar o seu lucro, maximizar os seus retornos. A esta visão conservadora opõe-se, uma visão global de conduta empresarial que integra a ética e a responsabilidade social.

Esta mudança de paradigma, de repensar estratégias incorporando a componente ética-empresarial é relativamente recente. Segundo Cardoso (1999) a evolução cultural e uma maior consciência social nos anos setenta, traz importantes consequências e conduz a pouco e pouco, à adopção do “*marketing social*” que, entre outras orientações, “diz-nos que uma organização deve procurar identificar as necessidades dos consumidores e dar-lhes resposta através de produtos úteis que este prefira aos dos concorrentes e que contribuam para o seu desenvolvimento, bem como da sociedade em que se inserem.”

Santos (1992) refere que “a empresa da terceira vaga (empresa do futuro) constitui-se como um sistema económico-organizativo-cultural que visará a consecução de objectivos por parte de todos os agentes que com ele se relacionam, quer internamente, quer em relações externas”. E acentuava que, tal harmonização não resulta de uma postura filantrópica isolada, mas, devido à enorme competitividade em ambiente de incerteza.

Em Maio de 1996, o então Ministro das Finanças na sua intervenção no 1.º Congresso de Ética Empresarial, referiu-se à problemática da deontologia e da ética nas relações económicas, e da necessidade de uma nova cultura empresarial - de que a responsabilidade social faz parte integrante - da qual dependia o futuro empresarial.

Desde então que tem vindo a assistir-se no nosso país a um interesse crescente por estas temáticas, e, tal como afirma Moreira (2001) na sua nota introdutória no 2.º Congresso de Ética Empresarial: “Portugal acerta assim o passo com um movimento em que os Estados Unidos ganharam a dianteira”.

A empresa, sendo o grande agente de transformação da sociedade, assume um papel fundamental para a construção de uma sociedade mais justa. Por outro lado, pensamos que o futuro das empresas passa pelo equilíbrio entre as vertentes económicas, éticas e sociais. A este respeito, Nabo (2001) afirma que a empresa tem vindo a ter uma importância geográfica, económica e social cada vez maior, e que a ética deve estar presente na organização empresarial e deve nortear todo o processo de decisão. Salienta que através do fenómeno da globalização dos mercados e do nascimento da sociedade da informação, cada vez mais a empresa tem um papel preponderante na sociedade humana, antevendo-se mesmo que no futuro seja o centro da organização da comunidade humana e a ética na perspectiva empresarial passa a ser uma crescente e determinante envolvente. Refere ainda que a ética da empresa não é uma ética distinta da ética geral. Não há, em seu entender, uma ética privada, uma ética pública e uma ética empresarial; há uma só ética a aplicar à vida privada, pública ou empresarial.

Pinto Balsemão (2001), lembra que no contexto actual, com a globalização da economia, algumas empresas detém poder e influência que ultrapassam muitos Estados nacionais pelo que as opções éticas tornam-se fundamentais para o seu próprio desempenho e para a estruturação da sociedade. A par desse poder as empresas têm também cada vez mais responsabilidades e, existe agora uma opinião pública global, mais forte, mais organizada e mais poderosa do que nunca – realidade com a qual as empresas têm que lidar. Refere que os gestores se defrontam cada vez mais com questões éticas relevantes e com profundos reflexos na liderança

empresarial e elenca, entre outras, as seguintes questões que têm implicações em todo o tecido social no qual as empresas se inserem:

- Pode a ética empresarial manter-se em situação de grande rotatividade de trabalhadores e com a consequente erosão da fidelidade à empresa?
- A mediatização e a opinião pública globais serão o instrumento adequado ou veremos ressurgir proteccionismos e nacionalismos?
- Conseguirão as empresas auto-regular voluntariamente as suas actividades e manter a confiança dos consumidores ou terão de ser impostas pelo poder político medidas globais de controlo?

Tal como referiu o autor, ficam as interrogações, cabe-nos a todos encontrar as respostas.

Argandoña (2001) afirma que a ética é encarada por muitas empresas, como um conjunto de regras impostas pela sociedade, muitas vezes desnecessárias, o que em sua opinião não é a interpretação correcta; se a economia vem, finalmente invocar a ética, não é por uma questão de moda ou por uma imposição externa, mas sim porque é a chave da evolução, a longo prazo, de valores e preferências e do equilíbrio social. Salienta que não pode haver uma estratégia correcta se não for acompanhada de uma direcção sociopolítica correcta e de uma direcção ética também correcta. Refere que toda a decisão apresenta as seguintes três dimensões:

- Técnico-económica que garante a eficácia;
- Sócio-política que torna atractiva a empresa como um todo, como posto de trabalho e como instituição
- Ética que cria as condições para que o director, os empregados e todos os que giram ao redor da empresa vejam satisfeitas as suas necessidades, cresçam como pessoas e como profissionais, e estejam em condições de ser cada vez mais úteis à empresa, proporcionando a esta condições de alcançar metas mais ambiciosas.

Diversas instituições e organismos têm contribuído para a promoção da Responsabilidade Social das Empresas (RSE). Em Portugal, destacam-se, entre outros, o Conselho Económico Social (CES), órgão constitucional de consulta do Governo e da concertação no âmbito de matérias socioeconómicas, que em 2003 emitiu o “Parecer de Iniciativa sobre a Responsabilidade Social das Empresas”, mostrando-se disponível para acolher iniciativas no domínio dos estudos sobre práticas concretas de RSE, e para apoiar novas iniciativas de debate nestas matérias.

Para as sociedades cotadas, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), definiu o conjunto de regras e condutas relativo ao exercício da direcção e controlo das sociedades de modo a contribuir para a optimização do desempenho das sociedades e favorecer todas as pessoas cujos interesses estão envolvidos na actividade societária – investidores, credores e trabalhadores. Estas recomendações de boa prática de *governance*, ainda que destinadas às sociedades cotadas, podem constituir orientações muito úteis a todas as sociedades em geral.

Recentemente foram criadas as Comissões Técnicas de Responsabilidade Social e de Ética Empresarial para os trabalhos de normalização nesta área e que estão a ser coordenados pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial, que também integra o Grupo de trabalho de Responsabilidade Social da *International Organization for Standardization* (ISO), através de um protocolo com o Instituto Português de Qualidade (IPQ).

Ao Nível Internacional, a Comissão Europeia no seu Livro Verde sobre o Espírito Empresarial da Europa (2001), e com o objectivo, entre outros, de promover um quadro europeu para a responsabilidade social das

empresas define Responsabilidade Social como a “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas” e defende que “ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais, implica ir mais além através de um maior investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais”.

Em Março de 2005 o Conselho Europeu sublinhava a importância da União Europeia dotar-se de um quadro regulamentar mais favorável para as empresas de forma a fomentar os seus investimentos e proporcionar-lhes um melhor enquadramento, no sentido de promover a sua responsabilidade social.

Nas Orientações Integradas para o crescimento e o emprego (2005-8), o Conselho recomendava aos Estados-Membros que incitassem “as empresas a desenvolver a sua responsabilidade social”.

Para dar uma maior visibilidade à RSE, a Comissão das Comunidades Europeias apresentou em 2006, uma comunicação onde apresenta um conjunto de recomendações, que têm em conta todo o processo de debate desenvolvido desde a publicação do livro verde e o trabalho desenvolvido pelas empresas, que reconhece serem os principais agentes no domínio da RSE. Anuncia o seu apoio ao lançamento de uma Aliança Europeia no domínio da RSE, pretendendo com esta aliança aumentar a aceitação da RSE entre as empresas europeias e o seu compromisso positivo relativamente às questões sociais e ambientais.

Para uma maior promoção da RSE, a Comissão apresenta algumas propostas, salientando, entre outros os seguintes aspectos:

- Sensibilização e intercâmbio das melhores práticas;
- Apoio a iniciativas multilaterais com as partes interessadas;
- Cooperação com os Estados – Membros;
- Informação dos consumidores e transparência;
- Investigação;
- Ensino;
- PME;
- Dimensão Internacional da RSE;
- Promover a inovação e o espírito.

Muitas empresas têm vindo a mudar as suas práticas empresariais e começaram a considerar a responsabilidade social como parte integrante da sua gestão. Como consequência desta aceitação a *Social Accountability International* (SAI), organização não governamental, com sede nos Estados Unidos, publicou em 1997, a norma SA 8000 (*Social Accountability 8000*), que se tornou no primeiro padrão para a certificação das empresas em responsabilidade social.

Recentemente, a ISO constituiu um grupo de trabalho com o objectivo de desenvolver uma norma internacional - ISO 26000, num contexto de apoio à uniformização das possíveis abordagens e que irá constituir um guia sobre esta matéria.

5. ESTUDO EMPÍRICO

Com o objectivo de conhecer a atitude dos alunos face à Ética e a sua importância no desempenho da profissão de Técnico Oficial de Contas e Revisor Oficial de Contas foi elaborado um questionário ao 1º e 2º anos da Licenciatura bietápica do curso de Contabilidade e Finanças - diurno da Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS). Este curso integra no 2º ano do seu currículo a disciplina de Ética e Deontologia Profissional num total de 45 horas repartidas por três aulas semanais. Pretendeu-se analisar a percepção e sensibilização que os alunos têm relativamente às questões éticas antes da frequência da disciplina (alunos do 1º ano) e depois da frequência da disciplina (alunos do 2º ano).

O questionário foi estruturado do seguinte modo:

- Identificação e caracterização do aluno;
- Dimensão cognitiva da atitude face à ética;
- Dimensão afectiva/avaliativa da atitude.

Relativamente à identificação e caracterização do aluno foi questionada a idade, o sexo, a experiência profissional e respectiva área. Para aferir a dimensão cognitiva foram efectuadas dez questões numa escala de 1 a 4, correspondendo “1 – discordo plenamente” e “4 – concordo plenamente”. Estas questões destinaram-se a analisar o conhecimento e sensibilidade do aluno sobre matérias éticas e, em particular, no que respeita aos aspectos relacionados com as saídas profissionais do curso.

Para analisar a dimensão afectiva/avaliativa foram elaboradas dez questões numa escala de 1 a 4, em que “1 – não importante” e “4 – muito importante” que tiveram como objectivo avaliar a receptividade dos alunos face às questões éticas. Procurou-se que as questões fossem directas e simples, de modo a traduzirem a atitude dos alunos inquiridos face à problemática da ética e a sua extrema importância no desempenho de duas profissões que fazem parte das saídas profissionais do curso e que são talvez as mais ambicionadas pelos alunos que o frequentam – as profissões de TOC e de ROC.

5.1. Caracterização da Amostra

A amostra é constituída pelos alunos da Licenciatura bietápica do curso de Contabilidade e Finanças - diurno, anos lectivos 2005/2006 e 2006/2007, abrangendo 42 alunos num total de 86 alunos inscritos, cuja média de frequência às aulas ronda os 70 alunos.

A caracterização da amostra consistiu na análise da idade, sexo, experiência profissional e respectiva área. A quase totalidade dos alunos apresenta idades inferiores a 25 anos, sendo a amostra constituída por 24% alunos do sexo masculino e 76% alunos do sexo feminino. Cerca de 60% da amostra não tem qualquer experiência profissional e os restantes exercem funções em diferentes áreas ligadas ao comércio, hotelaria, banca e outros serviços.

5.2. Análise da amostra

Para procedermos à análise dos questionários, estabelecemos uma resposta válida para cada uma das questões, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro n.º 4 – Questões consideradas no Questionário

| Questões - dimensão cognitiva | Resposta válida | Questões - dimensão afectiva/ avaliativa | Resposta válida |
|--|-----------------|--|-----------------|
| 1. As Demonstrações Financeiras devem possibilitar a tomada de decisão dos utentes | 4 | 1. Um TOC/ROC ético | 4 |
| 2. A atitude ética do TOC/ROC permite uma maior transparência das Demonstrações Financeiras | 4 | 2. Existência de normas éticas | 4 |
| 3. O TOC/ROC deve ser independente relativamente ao interesse dos seus clientes | 4 | 3. Existência de um Código Deontológico | 4 |
| 4. A elaboração das contas do exercício é da responsabilidade dos órgãos de gestão | 4 | 4. Sigilo profissional | 4 |
| 5. A existência de um Código Deontológico é essencial para o exercício das profissões de TOC/ROC | 4 | 5. Denúncia de crime público | 4 |
| 6. O sigilo profissional é incompatível com a denúncia de crime público | 1 | 6. O ensino da ética nos cursos de Contabilidade/Auditoria/Fiscalidade | 4 |
| 7. O ROC pode exercer, na mesma empresa, as funções de ROC e de TOC | 1 | 7. A independência no exercício da profissão de TOC/ROC | 4 |
| 8. A ética ensina-se | 4 | 8. O interesse dos clientes | 4 |
| 9. A auditoria às Demonstrações Financeiras é da competência exclusiva do ROC | 1 | 9. A informação contabilística | 4 |
| 10. O TOC/ROC pode, através de publicidade, angariar clientela | 1 | 10. A informação fiscal | 4 |

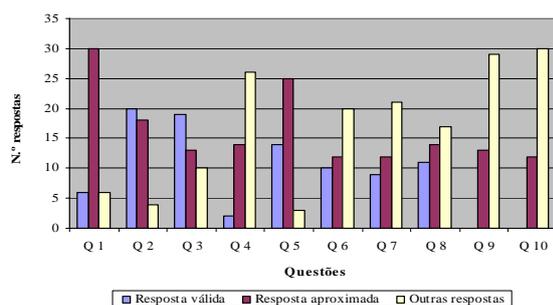
Fonte: Elaboração própria

Para efeitos de análise e relativamente à dimensão cognitiva considerámos que para as questões 1, 2, 3, 4, 5 e 8 a resposta 3 na escala de 1 a 4 era a mais aproximada da resposta válida. Relativamente às questões 6,7, 9 e 10 tivemos em consideração que a resposta mais aproximada à resposta válida era 2 na escala de 1 a 4.

Ao nível da dimensão afectiva/avaliativa considerámos para todas as questões que a resposta mais aproximada da resposta válida era a 3 na escala de 1 a 4. Seguidamente, avaliámos as respostas dos alunos para verificar se as mesmas igualavam ou se aproximavam das respostas consideradas válidas.

5.2.1. Análise dos resultados do 1º ano

Da análise ao gráfico n.º 1 verificou-se que as respostas que mais se afastam, são as relativas às questões 4, 9 e 10, com respectivamente 26, 29 e 30 respostas. As questões 2 e 3 foram as que obtiveram um maior número de respostas válidas. As questões 1 e 5, apesar de um número reduzido de respostas válidas, são as que obtiveram um maior número de respostas aproximadas.

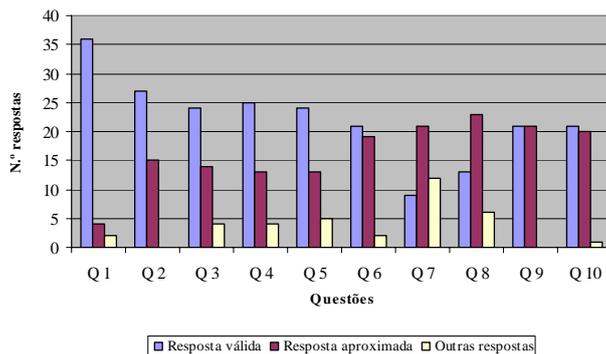
Gráfico n.º 1 - Distribuição das respostas 1º ano – dimensão cognitiva

Fonte: Elaboração própria

De notar que as questões 3, 6 e 7 são as que registam maior variância, o que significa que ocorreu uma maior dispersão nas respostas.

Pela análise do gráfico n.º 2 e, relativamente à dimensão afectiva/avaliativa constatou-se que as questões 1, 2 e 4 são as que obtiveram um maior número de respostas válidas e a questão 7 foi a que apresentou um maior número de outras respostas (28%). Na generalidade, pode constatar-se que as respostas válidas e as respostas aproximadas são as mais representativas. Relativamente à diversidade das respostas, as questões 5 e 7 foram as que apresentaram uma maior variância.

Gráfico n.º 2 - Distribuição das respostas 1º ano – dimensão afectiva/avaliativa

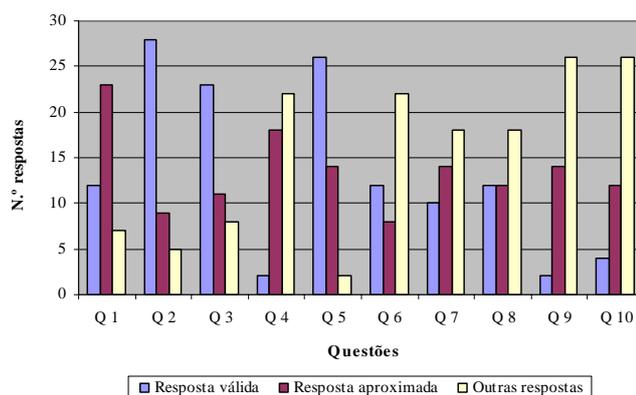


Fonte: Elaboração própria

5.2.2. Análise dos resultados do 2º ano

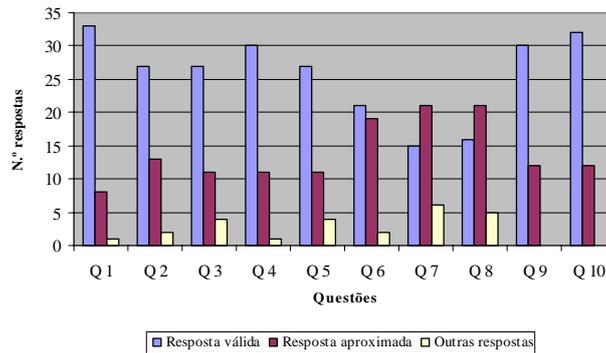
No 2º ano e, no que respeita à dimensão cognitiva, verificou-se que as respostas às questões 9 e 10 são as que mais se afastam da válida, tendo obtido respectivamente 62% e 60% de outras respostas. As questões 4 e 6 também apresentam um número elevado de outras respostas (52%). As questões 2, 3 e 5 foram as que obtiveram um maior número de respostas válidas como é visível no gráfico n.º 3.

Gráfico n.º 3 - Distribuição das respostas 2º ano – dimensão cognitiva



Fonte: Elaboração própria

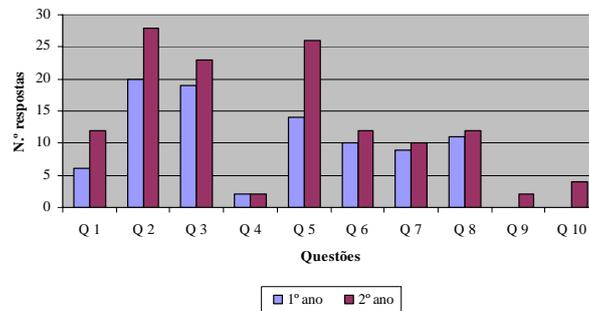
No que respeita à dimensão afectiva/avaliativa constatou-se que as questões 1, 4, 9 e 10 são as que obtiveram um maior número de respostas válidas com respectivamente 78%, 71%, 71% e 76% e a questão 7 foi a que apresentou um maior número de outras respostas (14%). Salienta-se que as questões 9 e 10 apenas obtiveram respostas com pontuação 3 e 4.

Gráfico n.º 4 - Distribuição das respostas 2º ano – dimensão afectiva/avaliativa

Fonte: Elaboração própria

5.2.3. Análise comparativa dos resultados

Comparando os resultados obtidos nos dois anos verifica-se através do gráfico n.º 5 que os conhecimentos e a sensibilidade dos alunos face à Ética se alterou significativamente. As respostas válidas obtidas no 2º ano são em maior número em todas as questões com excepção da questão 4 que apresenta o mesmo número de respostas, o que talvez se possa atribuir ao facto de, aquando da leccionação da disciplina de Ética e Dentologia Profissional, se insistir sobre as responsabilidades do TOC e do ROC na elaboração das demonstrações financeiras. No entanto, o número de respostas aproximadas nesta questão aumentou cerca de 10% do 1º para o 2º ano. Também as questões 9 e 10 obtiveram respostas válidas o que não ocorreu no 1º ano. Destacam-se as questões 1, 2 e 5 onde é mais evidente a mudança de opinião dos alunos.

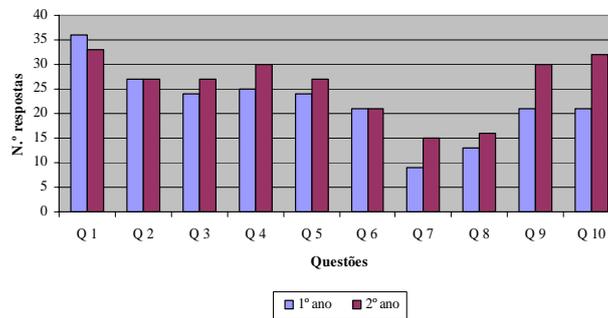
Gráfico n.º 5 - Respostas válidas - dimensão cognitiva

Fonte: Elaboração própria

O gráfico n.º 6 compara a receptividade dos alunos face às questões éticas evidenciando algumas alterações positivas do 1º para o 2º ano embora sem um impacto tão significativo como os resultados obtidos na análise cognitiva, o que é perfeitamente aceitável dado que a análise afectiva/avaliativa procura avaliar comportamentos, cuja modificação não é imediata, não avaliando propriamente questões de aprendizagem. Nas questões 9 e 10 é clara a mudança de opinião dos alunos quanto à importância atribuída à informação contabilística e fiscal o que tem a ver não só com a disciplina de Ética e Deontologia Profissional mas também com a evolução académica do aluno. Os alunos não mudaram de opinião nas questões 2 e 6 relacionadas com a existência de normas éticas e o seu ensino, contudo é visível a alteração significativa das suas respostas depois da leccionação da disciplina.

Relativamente à questão 1 que se refere à postura ética do TOC e do ROC, verifica-se uma diminuição de respostas válidas, embora a soma das respostas válidas e aproximadas tenha aumentado no 2º ano.

Gráfico n.º 6 - Respostas válidas - dimensão afectiva/avaliativa



Fonte: Elaboração própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E LIMITAÇÕES

A ética e a responsabilidade social, muito debatidas tanto ao nível académico como nas organizações, constituem fortes componentes da estratégia e cultura empresarial. Todos os profissionais, nomeadamente os que têm responsabilidade de divulgar os dados económico-financeiros das organizações, e que estão sujeitos a regras de responsabilidade social consubstanciadas em códigos de conduta, tais como o CDTOC e o CEDPROC, no contexto português, têm um papel importante na criação de um ambiente que promova comportamentos éticos. Neste âmbito, as instituições de ensino, nomeadamente as de ensino superior, devem assumir um papel fundamental promovendo a formação nestas áreas. Actualmente é visível esta preocupação por parte das instituições de ensino, que incluem nos seus currículos o ensino da ética como parte integrante na formação dos seus profissionais; e das organizações que procuram regular a sua actividade segundo códigos deontológicos e de conduta.

Do estudo empírico realizado ao 1º e 2º ano do curso de Contabilidade e Finanças - diurno, nos anos lectivos 2005/2006 e 2006/2007 conclui-se o seguinte:

- Relativamente à dimensão cognitiva da atitude face à ética – a leccionação da disciplina de Ética e Deontologia Profissional reforçou as respostas a todas as questões com excepção da questão 4 relacionada com a responsabilidade da elaboração das contas do exercício. Salientam-se as questões 1, 2 e 5 em que as respostas válidas aumentaram do 1º para o 2º ano de 6 para 12, de 20 para 28 e de 10 para 26 respectivamente, o que evidencia a aprendizagem dos alunos relativamente a estes temas. Dá-se particular destaque à questão 5 – “A existência de um Código Deontológico é essencial para o exercício das profissões de TOC/ROC” como aquela em que os resultados da aprendizagem são mais nítidos.
- Em termos de dimensão afectiva/avaliativa da atitude ética – a leccionação da disciplina de Ética e Deontologia Profissional reforçou as convicções dos alunos principalmente nas questões 9 e 10 que respeitam à importância da informação contabilística e fiscal, em que as respostas válidas aumentaram do 1º para o 2º ano de 21 para 30 e de 21 para 32 respectivamente. Também a questão 7 teve um aumento significativo de respostas válidas (9 no 1º ano e 15 no 2º ano) o que traduz uma maior importância por parte dos alunos no que respeita à independência do TOC e ROC no exercício da profissão.

É nossa intenção aprofundar esta temática, de modo a dispormos de elementos comparativos que confirmem de forma mais significativa a importância de uma disciplina de Ética e Deontologia Profissional no Ensino Superior e particularmente no curso de Contabilidade e Finanças da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.

BIBLIOGRAFIA

ARGANDOÑA, António (2001): “La Ética en el Liderazgo Empresarial Ante los Retos del Siglo Veintiuno”, *Ética Empresarial, Intervencões, Vida Económica*, pp.172-185.

BALSEMÃO, Francisco Pinto (2001): “Ética na Liderança Empresarial Face aos Desafios do Século XXI”, *Ética Empresarial, Intervencões, Vida Económica*, pp.161-168.

CAÑAS-QUIRÓS, Roberto (1998): “Ética generaly ética profesional, *Revista Acta Académica, Universidade Autónoma de Centro América*”, número 23, Novembro, pp.111-124.

CARDOSO, Luís (1999): *Gestão Estratégica das Organizações – Como Vencer os Desafios do Século XXI*, Edição da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica e Editorial Verbo, Lisboa.

CARREIRA, Francisco Alegria, GUEDES, Maria do Amparo, ALEIXO, Maria da Conceição (2006): “Ethics and Professional Deontology as a Course in the Accounting and Finance Degree: An Empirical Study”, 5th International Conference on Corporate Social Responsibility and Accounting, Finance and Regulation, Edirne, Turquia.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2006): “Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu”, COM(2006) 136 final, Bruxelas, 22.3.2006, <http://eur-lex.europa.eu>.

GUERREIRO, Pedro S. (2004): “A ética e o ensino da Gestão”, *Jornal de Negócios*, <http://www.negocios.pt>.

LISBOA, Lázaro Plácido (1997): *Ética Geral e Profissional em Contabilidade*, Editora Atlas, Brasil, 2.^a edição.

MADEIRA, Paulo Jorge (2003): “Ética e Deontologia – uma visão aplicada a profissionais de gestão e contabilidade”, *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa*, 453, Julho, pp. 211-218.

MERCIER, Samuel (2003): *A ética nas empresas*, Edições Afrontamento.

MOREIRA, José Manuel (2001): “Introdução”, *Ética Empresarial, Intervencões, Vida Económica*, pp. 10-25.

NABO, Murteira (2001), “A Ética na Internacionalização das empresas Portuguesas”, *Ética Empresarial, Intervencões, Vida Económica*, pp. 93-103.

PATULEIA, Manuel (2003): “A Ética e as Profissões”, *Jornal de Contabilidade*, N.º 311, Fevereiro, p. 38.

SANTOS, Francisco Lopes (1992): *Excelência Estratégica – Métodos para a Mudança*, Publilivro – Editora e Distribuidora de Publicações, Lda.

VIDAL, María del Pilar López e ROSA, Begoña Campos Nuno de la, (2001): “La Etica en la empresa y la influencia de la formacion etica de los profesionales”, XI Congreso AECA - Empresa, Euro Y Nueva Economia, Madrid, 26-28 Setembro.

Sites:

<http://www.ipq.pt>; <http://www.ces.pt>; <http://www.ctoc.pt>; <http://www.oroc.pt>; <http://www.negocios.pt>

<http://www.apsiot.pt/ProjectoPoefds/RespSocial.html>; <http://www.eicpme.iapmei.pt>